



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO**

JUSTIFICATIVA

**DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL N.º. 020/2020-
SEMUSA/PMC**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido 26 da Lei Federal n.º. 8.666/93, Parágrafo único, inciso III, como antecedente necessário à contratação por Dispensa de Licitação por itens.

I – Objeto:

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de medicamentos de média e alta complexidade, farmácia básica, controlados e materiais técnicos, laboratorial e raio - x para atender a necessidade da secretaria municipal de saúde, no município de Curuçá, Estado do Pará.

II – Empresas:

SALUTE DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS E PROD. HOSPIT. EIRELI – EPP, sob o CNPJ: 33.617.642/0001-93 E C. J. A. PARENTE, sob o CNPJ: 83.646.307/0001-91.

III - Razão da Escolha do Fornecedor:

A escolha recaiu sobre as empresas **SALUTE DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS E PROD. HOSPIT. EIRELI – EPP, sob o CNPJ: 33.617.642/0001-93 E C. J. A. PARENTE, sob o CNPJ: 83.646.307/0001-91** por que; (I) é do ramo pertinente; (II) é a empresa que melhor ofertou seu preço e (III) atendem aos interesses da Administração, e em razão do motivo aduzido, conforme abaixo:

✓ As necessidades do Município são de interesses público e social, que devem prevalecer sobre qualquer espécie de burocracia, por isso, não tem condições de aguardar os prazos exigidos na Lei para abertura de processo licitatório.

IV – Justificativa do Preço:

Procedeu-se com a consulta de 05 (cinco) empresas em condições de atender a tais medicamentos e materiais técnicos e, conciliando a questão da oferta do melhor preço, da regularidade jurídica, Fiscal e previdenciária, a escolha recaiu sobre as empresas **SALUTE DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS E PROD. HOSPIT.**



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO

EIRELI – EPP, devidamente inscrita no CNPJ: 18.606.861/0001-83, estabelecida na Estrada Águas Lindas Rua Maceió s/n - Águas Lindas – Ananindeua-Pará, CEP: 67.020-220, que apresentou nos seus itens o preço com o valor global de **R\$ 560.680,92 (Quinhentos e Sessenta Mil Seiscentos e Oitenta Reais e Noventa e Dois Centavos)** e a empresa **C. J. A. PARENTE**, devidamente inscrita no CNPJ: 83.646.307/0001-91, estabelecida na Travessa Pirajá nº 578 – Bairro da Pedreira – Belém - PA, CEP: 66.087-490, que apresentou nos seus itens o preço com o valor global de **R\$ 75.094,26 (Setenta e Cinco Mil Noventa e Quatro Reais e Vinte e Seis Centavos)**.

V – Das Considerações:

Considerando Também, é de bom alvitre notar que todas as contratações devem apresentar a justificativa de preço.

Considerando o raciocínio exarado no douto Parecer nº 1.429/97, do Ministério Público de Contas da Paraíba, no Processo nº 3.137/97, nestes termos: “A pesquisa de preço antes da realização de qualquer certame mostra-se imprescindível, uma vez que são o meio pelo qual se podem conseguir dados capazes de subsidiar uma avaliação eficaz das propostas a serem apreciadas, e, conseqüentemente, o atingimento daquele fim”. (Informativo do MPTC/PB, nº 05, p. 04).

Considerando quem é inegável que a pesquisa de preços representa importante instrumento para as contratações administrativas e a correta aplicação dos recursos públicos.

Considerando a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis.

Considerando que a jurisprudência do TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

Considerando como referência, citam-se os acórdãos 2.742/2017–1ª Câmara, 1.022/2013–Plenário, 3.506/2009-1ª Câmara, 1.379/2007-Plenário, 568/2008-1ª Câmara, 1.378/2008-1ª Câmara, 2.809/2008-2ª Câmara, 5.262/2008-1ª Câmara, 4.013/2008-1ª Câmara, 1.344/2009-2ª Câmara, 837/2008-Plenário, e 3.667/2009-2ª Câmara.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO

Considerando esses julgados, a exemplo do recentíssimo acórdão 1.842/2017 – Plenário, apontam que a pesquisa de preços para os casos de dispensa e inexigibilidade deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária à apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações”.

Considerando ainda o TCU, a justificativa do preço se insere na fase interna do processo de dispensa, quando a administração estima os custos da contratação. Lançar a dispensa sem esses parâmetros à deixa a mercê de desvios, tanto mais quando o processo se faz por essa modalidade informal de contratação, quando não se tem a mesma rigidez, por exemplo, quanto ao sigilo das propostas.

Considerando ainda que a Administração utilize mecanismos para o recebimento de propostas de interessados, como a “coleta de preços” ou a utilização do sistema de Cotação Eletrônica, é necessário levar aos autos a prévia justificativa do preço.

Considerando a justificativa do preço em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima **TCU. Acórdão 1565/2015-Plenário.**

Considerando as informações contidas nos autos deste processo, entendo que se trata de um caso excepcional ressalvado na legislação vigente, pelos fatores que levam a Administração a efetuar esta contratação;

Considerando que o município não pode negligenciar a ponto de esperar o decorrer do prazo regular de um processo licitatório para a aquisição de tais materiais, sem tomar nenhuma providência, de imediato, para não comprometer as condições de saúde das pessoas, ou seja, de toda uma população em geral, como já enfatizamos, de toda importância para a municipalidade;

Considerando o esteio no preceito legal vinculado nos termos da Lei Federal 8.666/93, Art. 24, IV, a administração lança mão de uma prerrogativa que a lei seguramente lhe assiste, para suprir de imediato uma demanda de natureza urgente, essencial, inadiáveis e de responsabilidade do Município.

Considerando que a dispensa por “**emergência**”, encontra-se respaldada no seu custo temporal, uma vez que a demora no atendimento de algumas situações pode acarretar danos irreversíveis para a sociedade e para o município.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO

Considerando que o interesse público sempre deve estar presente nas dispensas de licitações, o que não significa sobrepor esse ao princípio da isonomia.

Considerando que a lei é clara e não permitem equívocos, apontando as hipóteses taxativas em que a dispensa pode e deve ser exercitada, não permitindo interpretações ampliadas para se eximirem da obrigatoriedade de licitar. Assim, o art. 24 elenca os casos em que a licitação é dispensável. Entretanto, nunca é ocioso dizer que, com certa frequência, o inciso IV do art. 24 é invocado indevida e propositadamente, servindo-se o intérprete de má fé dos vocábulos emergência e urgência, naquele inciso inserto, para encobrir um mau planejamento da Administração.

Considerando que deva haver, portanto, direta correlação entre o significado da palavra “emergência” e o tempo necessário à realização de licitação. Aqui, o termo “emergência” diz respeito à necessidade de atendimento imediato a certos interesses, diferentemente do sentido vulgar do termo, em que significa uma “situação crítica; acontecimento perigoso ou fortuito; incidente”. (FERREIRA, 1989, p. 634).

Considerando em outras palavras, a emergência é um conceito relacional entre a situação fática anormal e a realização de certos valores. A ocorrência anômala conduzirá ao sacrifício desses valores se for mantida a disciplina estabelecida como regra geral. A Administração Pública, então, abre mão das regras-padrão em prol da satisfação do interesse público.

Considerando a forma perfunctória de conceitos, poderíamos concluir que o simples argumento da urgência sempre poderia ser alegado e a regra de dispensa sempre utilizada, mas não se pode olvidar que este instituto é a exceção e não a regra. Assim, este dispositivo deve ser interpretado como os casos onde o decurso do tempo necessário ao procedimento licitatório normal impediria a adoção da medida indispensável para evitar danos irreparáveis. Essa atividade acautelatória é de interesse público.

Considerando para Amaral (2001), essa hipótese não é de dispensabilidade de licitação, mas sim de dever jurídico de contratar sem licitação, uma vez que a situação emergencial exige providências rápidas, não podendo aguardar um procedimento lento e burocrático.

Considerando que a Administração, pois, após a verificação dos pressupostos que caracterizam a situação emergencial, deve escolher, para contratação direta (desde que possua dotação orçamentária), executante que possua capacidade jurídica e regularidade fiscal e preencha os requisitos de capacidade técnica e econômico-



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO

financeira compatíveis com as exigências do objeto a executar. Apresentar-se-á a razão da escolha do fornecedor ou prestador de serviços, podendo ser que alguns valores sejam sacrificados em prol de outros.

VI – Da Fundamentação Legal:

Considerando que as razões fáticas acima apresentadas demonstram claramente os preceitos da Dispensa de Licitação por itens.

Considerando ao caso em comento, aplica-se a hipótese preconizada no art. 24, Inciso IV, c/c art. 26 da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

“Art. 24, – É dispensável a licitação”:

I - ...;

IV– nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Considerando à necessidade do enquadramento legal, vinculando-se o fundamento legal do Art. 24, inciso IV, do “Códex Licitatório”, segundo o administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral diz, “**in verbis**”:

“...a emergência e, a nosso ver caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de qual modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas.” (obra cit. , Ulisses Jacoby Fernandes).

Considerando o mesmo sentido Hely Lopes Meirelles, afirma que:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO

“... a emergência há de ser reconhecida e declarada em cada caso, a fim de justificar a dispensa de licitação para obras, serviços, compras ou alienações relacionadas com a anormalidade que a administração visa corrigir, ou como prejuízo a ser evitado. Nisto se distingue dos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública, e que a anormalidade ou o risco é generalizado, autorizando a dispensa de licitação em toda a área atingida pelo evento “ (In Licitação e contrato Administrativo, 9ª Ed., Revista dos Tribunais, São Paulo: 1990, p. 97).

Considerando, a contratação direta nos casos de emergência deve ser utilizada pela Administração quando restarem presentes todos os pressupostos constantes do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, sendo ainda necessário o cumprimento de formalidades estabelecidas no parágrafo único do art. 26 do mesmo diploma legal, como condição para a eficácia do processo administrativo correspondente:

Art. 26 (...) Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – justificativa do preço;

IV – documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados (BRASIL, 1993).

VII – Das Disposições Finais:

Em suma, a contratação direta deverá objetivar a prevenção da população em fornecimentos de medicamentos e exames.

Isso acarretará em um fracionamento justificado, porque visa a resguardar o interesse maior da contratação imediata, que objetiva a prevenção de saúde.

Portanto, a Sra. Alessandra Silva Pereira (Diretora do Hospital Municipal) e a Sra. Maria do Socorro Pinheiro Ruívo (Secretária Municipal de Saúde), formalizou o pedido se embasando no custo temporal da licitação, bem como em assegurar o bem-estar dos cidadãos.



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO**

Curuçá, 02 de outubro de 2020.

**Rui Guilherme de Araújo Silva
Chefe do Departamento de Licitações e Contratos**

Ratifico a justificativa para instauração de processo em Caráter emergencial.

**Maria do Socorro Pinheiro Ruivo
Secretaria Municipal de Saúde**